

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021. (Do Sr. DELEGADO ANTÔNIO FURTADO)

Requer Moção de Aplauso a favor do Exmo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro Senhor CLÁUDIO CASTRO, ao Exmo Senhor Secretário de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro Dr ALLAN TURNOWSKI, ao Exmo Senhor Diretor Geral do Departamento de Polícia da Capital Dr ANTENOR MARTINS LOPES JUNIOR e ao Exmo Senhor Delegado Titular da 16º Delegacia de Polícia Civil Dr HENRIQUE DAMASCENO e toda sua equipe, pela brilhante investigação no caso do menino HENRY BOREL.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117 do Regimento Interno, ouvido o Plenário, seja aprovada Moção de Aplauso a favor do Exmo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro Senhor CLÁUDIO CASTRO, ao Exmo Senhor Secretário de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro Dr ALLAN TURNOWSKI, ao Exmo Senhor Diretor-Geral do Departamento de Polícia da Capital Dr ANTENOR MARTINS LOPES JUNIOR e ao Exmo Senhor Delegado Titular da 16º Delegacia de Polícia Civil Dr HENRIQUE DAMASCENO e toda sua



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Antônio Furtado
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213118778500>



equipe, pela brilhante investigação no caso do menino HENRY BOREL.

Justificativa:

Inicialmente, o Brasil ficou, desde o dia 8 de março deste ano, estarrecido com a morte do menino Henry Borel em circunstâncias, a princípio, misteriosas e que levaram a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, magnificamente representada pela 16ª DP, localizada na Barra da Tijuca, a realizar um trabalho exemplar, dedicado e minucioso que levou a um total esclarecimento dos indícios de materialidade e também de autoria, não restando nenhuma dúvida da autoria do padrasto da criança, dr. Jairinho, e também da mãe do menino, a sra. Monique Medeiros.

Cabe destacar pela enorme importância para o desfecho favorável da investigação que houve a liberação de recursos financeiros, em caráter de urgência, pelo excelentíssimo senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que autorizou a compra do *software* israelense *Cellebrite*, que foi imprescindível para a recuperação das mensagens de aplicativo, mensagens essas trocadas entre a mãe do menino Henry, Monique Medeiros, e a babá da criança, na qual surgiram provas concretas acerca da omissão penalmente relevante da mãe, que configura-se ao olhar do Direito como co-autoria do homicídio duplamente qualificado, vez que a mãe é nos moldes do artigo 13, § 2º do CP, agente garantidora.

A fim de corroborar e comprovar de modo inequívoco o trabalho descrito acima, que muito eleva não só o nome da polícia civil do Rio de Janeiro, mas de todas as polícias investigativas do Brasil, entende registrar a cronologia dos fatos de modo a que fique muito claro como desenvolveu esse trabalho digno de todos os elogios:

A Brilhante Investigação Feita Pela 16ª DP Barra da Tijuca.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Antônio Furtado
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213118778500>



08/03 – Menino Henry Borel chega morto ao hospital na Barra da Tijuca

Henry tinha passado o fim de semana com o pai, o engenheiro Leniel Borel, e foi devolvido à mãe no fim do domingo, 7. O menino, que ainda se adaptava à nova rotina familiar, teria apresentado resistência em voltar para casa, comportamento que seria habitual. Naquela noite, Henry teria sido colocado para dormir enquanto o casal assistia a uma série na sala de casa. Para evitar que a criança acordasse, Jairinho e Monique teriam ido até o quarto de hóspedes do apartamento, local no qual o vereador, que também é médico, teria tomado um remédio para dormir e entrado em sono profundo. Nesse momento, a mãe da criança afirmou ter ouvido um barulho e corrido até o quarto do menino, onde teria o encontrado no chão com os olhos revirados. A criança foi levada até um hospital particular da Barra da Tijuca, mas chegou morta ao local. Enquanto socorria o filho, Monique avisou o ex-marido, pai da criança, sobre o acidente. Posteriormente, Jairinho teria pedido que ele fosse até o local avisando que a criança estava em parada cardíaca. Diante dos ferimentos, a equipe médica teria aconselhado o pai de Henry a investigar a causa da morte.

09/03 – Escola de Henry lamenta a morte por “acidente doméstico”

A primeira notificação pública da morte de Henry foi feita na página do colégio particular em que ele estudava no Rio de Janeiro. No post da escola Marista no Facebook, a instituição de ensino prestava condolências à família pela morte, e classificava Henry, estudante da Educação Infantil, como “dócil, sensível e inteligente”, mas não detalhava o que aconteceu com ele, narrando apenas a versão inicial dada pela família de que o garoto teria sido vítima de um “acidente doméstico”. Com a repercussão do caso, o post foi apagado.

09/03 – Laudo necroscópico mostra violência sofrida pelo menino

O laudo do Instituto Médico Legal (IML) com a causa da morte do menino foi recebido pela polícia na tarde do dia 9 de março. Ele apontou uma série de lesões internas e lacerações no corpo da criança, o que, segundo fontes ouvidas pela Jovem Pan, eram sinais de que o garoto foi espancado. A causa da morte de Henry foi hemorragia interna e uma laceração no fígado, ambos resultados de ação contundente (violenta). Ele apresentava, ainda, hematomas no abdômen,



hemorragia na região frontal, lateral e traseira do crânio, contusão em um dos rins e nos pulmões, assim como uma hemorragia retroperitoneal, o que indicava violência.

10/03 a 18/03 – Caso ganha repercussão pública e testemunhas começam a ser ouvidas

O caso passou a ser investigado pela 16ª Delegacia de Polícia da Barra da Tijuca e corre em segredo de Jutsiça, mas pelo menos 17 testemunhas foram ouvidas na semana posterior ao crime, entre elas, o vereador, a mãe e o pai de Henry, a avó do garoto, a empregada doméstica da família e até mesmo uma ex-namorada de Dr. Jairinho. Na ocasião, a defesa do vereador e de Monique afirmou que ambos estavam à disposição da Justiça e colaboraram com as investigações. Eles emitiram uma liminar pedindo que uma entrevista dada à TV pela empregada da família falando que percebia uma relação de afeto do casal com o menino fosse levada em consideração pelos investigadores, assim como outra entrevista dada por um perito afirmando que ainda não era possível relacionar as lesões do garoto a um espancamento. Em vídeo publicado nas redes sociais, o advogado da família, André França Barreto, narra a história de um bebê de 11 meses que arrastou, escalou uma escada e se pendurou na janela enquanto era gravado pela mãe para explicar que apesar de pouco provável, acidentes do tipo podem acontecer. “O improvável acontece”, afirmou, sustentando a tese de que o casal não teria machucado o garoto antes da morte.

19/03 a 31/03 – Vereador é acusado de violência e polícia apreende celulares

Com a repercussão do caso, informações sobre um passado violento do vereador começaram a surgir. No ano de 2014, uma ex-esposa de Jairinho registrou uma ocorrência narrando sofrer violência por parte dele. O caso foi arquivado pelo Ministério Público porque nenhuma representação foi formalizada contra o parlamentar. Uma ex-namorada de Jairinho, identificada apenas como “Natasha”, narrou a uma emissora de TV que a filha dela, que na época em que ela namorou com Jairinho tinha a mesma idade de Henry, também teria sofrido violência, denúncia que foi “esclarecida” pela defesa do casal em um vídeo nas redes sociais. “Após o Jairinho decidir que não iria terminar o seu casamento para seguir com a Natasha, ela então iniciou um processo de perseguição não só ao parlamentar, mas também à que hoje é sua ex-mulher e à mãe do seu primeiro filho”, disse França



Barreto.

Os celulares de Jairinho, Monique e Leniel foram apreendidos pela polícia no dia 26 de março para análise. Averiguando as conversas, a polícia encontrou prints de um diálogo entre Monique e a babá que cuidava de Henry, que quase um mês antes do crime revelou agressões sofridas pelo menino, dizendo que Jairinho deu uma rasteira na criança, o pegou pelo braço e o chutou, o deixou mancando e com dores na cabeça. Essas mesma babá está sendo investigada por crime de falsa informação por ter dito, em depoimento, que jamais teve conhecimento de agressões ao menino. O celular dela foi apreendido e agora os investigadores querem descobrir se ela foi coagida ou pressionada a mentir.

01/04 a 05/04 – Casal falta à reconstituição do crime e é tratado como investigado

Uma reprodução simulada do crime foi realizada no dia 1º de abril no apartamento do casal, na Barra da Tijuca, para determinar se as hipóteses levantadas pela mãe sobre a queda do garoto seriam compatíveis com as lesões apresentadas no corpo do menino. A defesa de Jairinho e Monique pediu que ela fosse adiada para o dia 12 alegando que a mãe do garoto estava sofrendo de depressão. Com o pedido negado pela polícia, os dois não compareceram à reconstituição. No dia seguinte, a PCRJ, que até então tratava o casal como testemunha da morte, passou a classificar os dois como investigados.

06/04 – Padrasto e mãe criam conta em rede social para se defender

No dia 6 de abril, quase um mês após o crime, a defesa de Jairinho e Monique decidiu criar um site, uma conta no Instagram e outra no Youtube para “esclarecer a verdade” sobre o ocorrido. Uma série de vídeos com versões do advogado sobre acusações feitas contra Jairinho, assim como fotos dos últimos dias de vida de Henry, foram publicados junto a mensagens teoricamente escritas pela família. “Meu coração sangra por não ter mais você comigo todos os dias. Jesus vive e por isso eu creio”, afirma um texto publicado por Monique na noite de quarta-feira, 7, poucas horas antes da prisão do casal.

08/04 – Jairinho e Monique são presos pela polícia

Na manhã desta quinta-feira, 8, o casal foi preso na casa de um parente de Jairinho no bairro de Bangu, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Eles são suspeitos de



atrapalhar as investigações do crime e tiveram mandado de prisão temporária de 30 dias cumprido. Em coletiva de imprensa, o delegado responsável pelo caso, Henrique Damasceno, afirmou que a polícia não tem dúvidas sobre a autoria do vereador no crime e disse que a mãe do garoto apresentou declarações mentirosas para proteger o namorado, assassino do filho dela. No momento da prisão, o casal teria tentado se desfazer dos próprios celulares, jogando-os pela janela.

Por esses fatos e fundamentos, este Parlamentar signatário vem solicitar a seus pares o reconhecimento através da Moção de Aplauso, ora proposta, a fim de que ela seja aprovada e que esta atividade policial que teve repercussão não só em todo país, mas também de modo internacional, seja devidamente consagrada com a Moção de Aplauso da Câmara dos Deputados, para que, ao ser registrada também nos anais desta Casa Legislativa, fique como memória não só da importância da polícia judiciária e como tal trabalho serve de motivo de orgulho para todo o povo brasileiro, deixando evidente como a polícia civil fluminense realiza uma atividade de excelência.

Ante o exposto, este Deputado pede aos ilustres Pares a aprovação do presente requerimento de Moção de Aplauso.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado DELEGADO ANTÔNIO FURTADO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Antônio Furtado
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213118778500>

